



## **ROMPENDO O SILÊNCIO: A INCLUSÃO COMO MEIO DE TORNAR VISÍVEL O INVISÍVEL**

*Danilson Pinheiro de França<sup>1</sup>, Lucas de Lima Cesar<sup>2</sup>, Diego da Silva<sup>3</sup>, Francisca Ivaneide do Nascimento Saraiva<sup>4</sup>, Thalia Maria de Sousa<sup>5</sup>, Talita Felix de Lacerda<sup>6</sup>, Leila Diniz Santos<sup>7</sup>, Lucas Natanael Bernardo de Lima<sup>8</sup>, Rian Vieira de Melo Carneiro Pontes<sup>9</sup>, Janáí Érica Santos da Silva<sup>10</sup>, Natália Diniz Silva<sup>11</sup>, Nozângela Maria Rolim Dantas<sup>12</sup>*  
*nataliadiniz01@gmail.com e nozangela.maria@professor.ufcg.edu.br*

**Resumo:** O trabalho trata do projeto de extensão “Rompendo o silêncio: A inclusão como meio de tornar visível o invisível”, voltado para inclusão do aluno com deficiência no Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande. Foram pensadas ações pedagógicas em educação voltadas para os estudantes com deficiência na educação superior, que são necessárias para o processo de inclusão dessa população na instituição. É sabido que só garantia do acesso as instituições de educação superior não são suficientes, faz-se necessário a promoção da sua permanência com o oferecimento de ações que ofereçam meios necessários ao desenvolvimento da aprendizagem e da sua formação individual e de cidadão. Por isso é importante que nesse processo ofereça formação para os professores, alunos e servidores, no intuito de promover o direito de ir e vir e de se comunicar na instituição de forma ampla, rompendo as barreiras atitudinais, pedagógicas e de comunicação. Essas ações foram realizadas por meio de oferecimento de cursos de LIBRAS e de oficinas de Braille, além do acompanhamento pedagógico e psicológicos dos alunos com deficiência ingressantes.

**Palavras-chaves:** *Inclusão. Educação Superior. Barreiras.*

### **1. Introdução**

O Projeto de Extensão Universitária incorporado no Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da UFCG é uma proposta no Superior aplicada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), respeitada na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) na dependência com ensino e pesquisa, assim ampliando o contato com outros ambientes da sociedades em que estamos presentes, como por exemplo: o ambiente escolar e a própria universidade que precisa lidar melhor com os alunos que ingressam na instituição.

A ideia do projeto se deu pela dificuldade de um aluno surdo (que posteriormente se tornou bolsista do projeto) em interagir de forma espontânea com seus colegas e demais estudantes da instituição. A sua comunicação com os demais sempre se dava por meio escrito e/ou

sempre que possível, com a presença das interpretes par intermediar a comunicação. Apesar da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ser reconhecida pela lei nacional de nº 10.436/2002, que em seu artigo 1º afirma que a LIBRAS: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. A situação do aluno só refletia o tipo de inclusão que está acontecendo na instituição: limitada e/ou apenas de forma integrada. Logo, essa barreira comunicacional demonstrou que o estudante surdo estava restrito a um espaço e a algumas pessoas na instituição, deixando claro que a inclusão não estava acontecendo de forma ampla e restrita a sala de aula, condicionada a presença e ao auxílio das interpretes. Esse quadro revelado pelos estudantes demonstrou a necessidade de romper a barreira do silêncio com a promoção de um curso de LIBRAS aberto para a comunidade acadêmica e aberto para pessoas da comunidade que tenham interesse em participar, garantindo, assim, o seu direito linguístico conforme o parágrafo único da mesma lei afirma que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Para tanto foram pensados os seguintes objetivos para a realização do projeto: geral - Promover cursos de LIBRAS e BRAILE, oficinas, palestras, reuniões e eventos no CFP/UFCG, na busca de uma promoção da educação inclusiva e de qualidade para todos. Para auxiliar o geral foram pensados os seguintes objetivos específicos: Desenvolver atividades pedagógicas que visem a formação do professor na área da educação inclusiva e da socialização entre o corpo docente e discente; promover cursos de LIBRAS básico para a comunidade acadêmica e para as pessoas que queiram participar que estão não fazem parte do CFP/UFCG; Promover oficinas de aprendizagem

<sup>1,2,3,4,5,7,8</sup> Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

<sup>9</sup> Orientador/a, <Interprete de Libras>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

<sup>10</sup> Orientador/a, <Transcritor de Braille>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

<sup>11</sup> Orientador/a, <Interprete de Libras>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

<sup>12</sup> Coordenador/a, <Professor>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

voltadas para inclusão do aluno com deficiência;

Realizar oficinas pedagógicas voltadas para atividades relacionadas a socialização dos alunos com e sem deficiência e docentes; Oferecer oficinas de Braille para alunos e professores; Oferecer uma formação na perspectiva inclusiva para os alunos (bolsista e voluntários) do projeto; Sistematizar as atividades para futuras ações e intervenções. Devido ao fator tempo e aos jogos da copa não conseguimos realizar o evento voltado para inclusão.

Vale ressaltar que no CFP/UFCEG o número de alunos com deficiência é crescente e observa-se também a falta de assistência e orientação de como lidar com tais estudantes. Esse projeto foi importante porque buscou promover a inclusão dentro do CFP/UFCEG em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/CFP), como apoio das intérpretes de LIBRAS e do transcritor de Braille, com a promoção de cursos de Libras e de Braille. Sempre que necessário também foi realizada orientação e conversas com professores e coordenadores das unidades que tem alunos com deficiência para orientação e assistência necessária.

## **2. Desenvolvimento**

Falar sobre educação é discorrer sobre as mais variadas formas de se constituir um sujeito, uma escola, uma família, uma comunidade, enfim, uma sociedade a partir do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, observa-se que esse processo sempre gera espaços para as mais variadas reflexões, além de debates que fazem emergir os mais variados questionamentos e críticas sobre a maneira de ensinar e aprender, principalmente dentro do âmbito acadêmico.

A academia, através do exercício filosófico do pensamento e no intuito de construir novos conhecimentos, valores e paradigmas, traz para o seu âmago a Educação Inclusiva que, segundo Mantoan (2006, p. 16) se constitui como uma “provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino nas escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.

A educação Inclusiva tem as “pessoas com deficiência” como seu foco principal. No entanto, ela é muito mais abrangente porque traz para si todos que são “ignorados”, “marginalizados” e “anulados” pela escola. Como bem expressa Mantoan (2006, p. 15) “[...] a escola se democratizou, abrindo novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação do ensino”.

Seguindo a reflexão de Mantoan (2006, p. 16) sobre o processo de inclusão, a escola precisa rever seus paradigmas, “essa reviravolta exige, em âmbito institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes – iguais x diferentes, normais x deficientes [...]”. Levando em consideração esses termos, a autora propõe uma escola onde todos possam conviver com respeito e sem a prevalência dos preconceitos embutidos em determinados “valores”, dando espaço a cidadania global que reconhece e valoriza as diferenças.

O direito a Educação observado na Constituição de 1988, garante para todos acesso de qualidade e esse direito ao ser confrontado com a realidade, abre margem para a realização de alguns questionamentos, dentro os quais se destacam a problemática sobre a qualidade da educação oferecida pelo Estado e como essa educação vem contribuindo para que a pessoa com deficiência possa desenvolver, como qualquer outra criança, suas habilidades e potencialidades? Além disso também é questionável o acesso e a permanência do estudante com deficiência na Educação Superior, já que são essas instituições oferecem cursos técnicos voltados para o mercado de trabalho, com professores que têm formação técnica na área e que são surpreendidos com a especificidade de cada aluno que entra na instituição com suas especificidades, daí surge os conflitos e os confrontos diante de si, da função que exerce e os diversos questionamentos referentes as capacidades (ou não) do estudante com deficiência.

Ter um ou mais estudante com deficiência na Educação Superior levanta diversas reflexões, que também devem ser acompanhadas diariamente por uma equipe de apoio, pelos órgãos competentes das instituições de ensino superior. Todos sabem que o estudante com deficiência tem sus direitos garantidos que pelas diversas Lei do país, mas falta efetivação nas diversas instâncias e, no que cabe a universidade, formação para os professores e, conseqüentemente, para todos que fazem parte da instituição.

A pessoa com deficiência é considerada um "ser estranho" nos espaços escolares devido as pessoas não saberem lidar com as suas especificidades. O aluno surdo é um exemplo do estranhamento, pois a maioria da população brasileira não sabe a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conforme a Lei 10.436/2002, que regulamenta a Lei Brasileira de Sinais, Art. 2º "Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil."

No tocante a educação inclusiva a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (nº 9.394/96), em seus artigos 58, 59 e 60 garante a inserção na rede regular de ensino as pessoas com deficiência, além de garantir o atendimento de suas necessidades “com apoio especializado para o atendimento das “peculiaridades da clientela”. Segundo o art. 59 da LDB, as pessoas com deficiência ficam assegurado:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino

regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a formação docente tão defendida nos dias atuais conforme está previsto na LDB, no Título VI, Art. 61, busca-se garantir para o educador e para o educando uma qualificação sólida, com base na associação da teoria com a prática. Além do mais, a mesma Lei no mesmo Título, em seu Art. 67, afirma que “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”.

O direito a comunicação não pode se restringir a um grupo linguístico. Os surdos fazem parte da sociedade brasileira e, para que ele exerça a sua cidadania, faz-se necessário que o grupo que ele está inserido também consiga se comunicar entre si. Conforme Rodrigue e Beer (2016, p. 16):

Entendemos que é uma incoerência defender a universalidade dos direitos humanos se o acesso a tais direitos não se apresenta como universal no que tange à liberdade de acesso e uso pelo indivíduo de sua língua materna ou primeira língua. Nesse sentido, a privação da linguagem, o glotocídio, a discriminação e o preconceito linguísticos não podem ter lugar quando se fala em direitos humanos ou, mais especificamente, em direitos humanos linguísticos.

Com relação a deficiência visual, também é preciso a promoção de uma formação para a comunidade acadêmica para que possam compreender os limites e os ganhos provenientes das tecnologias assistivas e de outros meios que fazem parte da educação do aluno com deficiência visual e/ou com visão subnormal. Afinal, o Centro de Formação de Professores deve se preocupar com o exercício dos alunos nas escolas normais, já que, ao concluir a graduação, o estudante irá ingressar no mercado de trabalho e, pelo menos, deveria ter noção de tais meios didáticos ao se deparar com o aluno cego ou com deficiência visual.

No entanto, Loureiro (2001, p. 12), através de seus questionamentos, direciona essa formação para o âmbito social, quando faz as seguintes indagações: “para onde caminha a humanidade? Qual o modelo de sociedade que buscamos? Que país e educadores queremos ser? Que pessoas concretas, queremos construir?” Perguntas estas cujas respostas refletem-se no tipo de educadores que as instituições de ensino devem formar e para qual sociedade.

Para pensar numa educação que envolva o ensino, a aprendizagem e todo o contexto social, como propõe o

autor, faz-se necessário, redesenhar as práticas formativas que podem elevar as pessoas à condição de sujeitos autônomos e críticos. É necessário rever os processos que viabilizam a formação de sujeitos formadores de sujeitos e a cultura organizacional da escola. Assim, “poderíamos dizer que buscamos uma sociedade mais justa e democrática buscamos formar sujeitos autônomos e críticos da organização da sociedade brasileira atual e capaz de pensar e construir a sociedade que almejam” (LOUREIRO, 2001, p. 12).

Vivemos em uma realidade em que a sociedade é regida por uma lógica dominante que minimiza os valores humanos, na qual é preciso ter para ser, tendo por finalidade o acúmulo de capital. No campo educacional, isso se reflete com maior ênfase, pois se procura desenvolver habilidades e competências para atender a tal fim, ficando esquecidos valores, sentimentos e ética que nos completam e nos fazem ser verdadeiros seres humanos.

O que se observa é que em muitas escolas e instituições de Educação Superior que se dizem inclusivas, que abrem suas portas e recebem os estudantes com deficiência, infelizmente, muitas vezes, apenas o insere no seu contexto e não lhe proporciona o ensino e aprendizagem de forma satisfatória, como prevê a legislação em vigor: a Constituição de 1988, a LDB, entre outras.

Marchesi (2004) chama atenção para a importância da igualdade de oportunidades, inclusive na escola. Este espaço educacional deve acolher a todos indistintamente, além de ser um ambiente de oportunidades, de crescimento e de desenvolvimento das capacidades do homem em todas as esferas da sociedade. Portanto, o papel da escola é criar espaços que proporcione oportunidades e possibilidades de crescimentos para todos os alunos, docentes e gestores, indistintamente.

Para Mantoan (2006) o movimento da inclusão não visa à identificação e legitimação das diferenças, que segrega e cria grupos marcados pela identidade. Mas, se apoia na ideia de igualdade de direitos no exercício da cidadania. Para essa estudiosa da educação inclusiva “a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno” (MANTOAN, 2006, p.9).

Logo, a proposta aqui apresentada buscou incluir os alunos com deficiência nas atividades da universidade, por meio do desenvolvimento de diversas atividades inclusivas que procuraram promover a formação, não só do professor, mas do maior número possível de pessoas da comunidade acadêmica. Além do mais, na tentativa de se construir uma instituição inclusiva para todos, independentemente de sua cor, deficiência, classe social e religião a extensão universitária visa, além da formação de seus alunos e de excelentes profissionais, visa a construção de um mundo mais humano e justo.

Diante do aporte teórico apontado, procuramos oferecer oportunidades, por meio do projeto de extensão aos estudantes com deficiência no Centro de Formação de Professores (CFP/UFCG), Campus de Cajazeiras. Após a provação do projeto pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), foi realizada a divulgação do

projeto e a inscrição dos estudantes. Entre os inscritos estava o estudante surdo. Ele foi escolhido para ser o ministrante do curso de LIBRAS, sob a supervisão direta das interpretes de LIBRAS do CFP/UFMG, com duração de 40h.

No início foram abertas duas turmas; uma voltada para a comunidade acadêmica mais geral (Figura 1) e a outra para os colegas do aluno surdo (Figura 2), no intuito de promover a inclusão e um maior engajamento com seus colegas de sala de aula. As duas turmas inicialmente tiveram um bom número de inscritos. Esse número decaiu devido a mudança de período entre os meses de agosto e setembro. O retorno do período, deu choque nos horários e quebrou o entrosamento entre os membros dos cursos decaindo assim o número de participantes. Na turma aberta para a comunidade acadêmica iniciou com 30 inscritos: estudantes dos diversos cursos do Centro, servidores e professores. Essa turma concluiu com aproximadamente 12 membros. Logo, a mudança de um período para o outro foi um fator apontado como negativo, pois desorganizou e provocou choque de horários entre professores, estudantes e servidores.

Nesse processo também foi oferecida formação na temática da inclusão aos estudantes voluntários e bolsistas do projeto. As reuniões aconteciam uma vez por semana. Após a formação teórica os alunos também passaram a participar de um terceiro curso de LIBRAS, que foi oferecido no período da tarde tendo em vista a comunicação dos estudantes com o estudante surdo e para a sua formação pessoal também. Esses estudantes também passaram nas salas falando sobre a importância da inclusão no CFP/UFMG. Foi realizada oficinas de Libras para estudantes do CFP/UFMG (figura 3); Acompanhamento de um estudante surdo que não sabia LIBRAS e passou a aprender no curso de LIBRAS que foi oferecido; Foi realizado o acompanhamento individualizado com um estudante com autismo, em horário reservado e conforme a necessidade do estudante. Também foi feito acompanhamento de uma mãe que acompanhava uma mãe que acompanhava sua filha cadeirante em um dos cursos do Centro; Foi realizado o acompanhamento de uma estudante com deficiência intelectual em uma escola do município, devido ao seu estágio curricular obrigatório; Aplicação de uma oficina sobre inclusão em uma escola pública da cidade (Figura 4) e participação de um evento sobre inclusão em uma escola do Ensino Médio da cidade sobre inclusão e participação em um Congresso Latino Americano sobre Abandono na Educação Superior, com apresentação de um trabalho intitulado: “A inclusão como meio de tornar visível o invisível: ações que favorecem a permanência na educação superior no sertão nordestino”. Esse trabalho faz o relato das ações do projeto que aconteceram durante o ano de 2022, na cidade de Brasília/DF.

### 3. Ilustrações

Segue as ilustrações de algumas das ações, nomeadas conforme o texto.



Figura 1 – Curso de LIBRAS turma comunidade Geral



Figura 2 – Curso de LIBRAS turma do Estudante Surdo



Figura 3 – Oficina de Braille



Figura 4 – Encontro em uma escola pública

#### **4. Resultados e Discussões**

Durante o desenvolvimento do projeto foi observado que a UFCG precisa desenvolver políticas institucionais voltadas para inclusão dentro da instituição e não ficar dependendo de ações pontuais, realizadas por projetos de extensão, ensino e pesquisa.

Observou-se também que a inclusão do estudante com deficiência tem um aporte no processo do ENEM, mas ao adentrar a instituição esse aporte fica a desejar, pois a instituição não tem acesso estrutural e profissionais insuficientes para dar o suporte necessário aos estudantes com deficiência.

Entre os resultados, foi firmado algumas parcerias com escolas da região para promoção da inclusão, não só no CFP/UFCG, mas também na formação dos professores da escola básica.

As demandas, a cada ano que passa, estão crescendo e o projeto de extensão foi muito importante para os estudantes com deficiência e para os sem deficiência. Devido ao forte preconceito existente na comunidade acadêmica, observa-se que o trabalho tem que ser constante e permanente.

A promoção dos cursos de LIBRAS deu mais visibilidade ao estudante surde abrindo mais espaço dentro do Campus para sua circulação e participação.

O fato do aluno surdo ter ficado como bolsista, observou um crescimento pessoal e um amadurecimento profissional desse estudante. Ele interagiu com professores, estudantes de outros cursos e com servidores técnicos administrativos do CFP/UFCG.

Os participantes do curso básico solicitaram a continuação do curso, para um nível de maior profundidade e de conhecimento da LIBRAS. Isso significa que as pessoas também sentiram a necessidade de aprender e de si aprofundar mais sobre a temática.

Os participantes do projeto procuram acompanhar cada estudante com deficiência dentro de suas especificidades, buscando intermediar junto aos professores, Coordenação de Cursos e Administrativas.

Quando necessário foi desenvolvido material para o estudante e, até mesmo, reservado horários para estudos e de casos, para poder atuar da melhor forma possível, sempre tendo presente o melhor desenvolvimento do estudante com deficiência.

Observou-se que nas escolas ainda precisa desenvolver um trabalho de sensibilização junto aos professores e colegas dos estudantes com deficiência. O preconceito ainda está muito presente na sociedade e essa temática precisa ser trabalhado cotidianamente nas escolas.

O desenvolvimento das atividades nas escolas partiu, primeiramente, de uma sistematização das referências bibliográficas, no intuito de realizar uma formação para os estudantes do CFP/UFCG que estavam envolvidos no projeto, sobre inclusão e a prática docente. Os extensionistas do projeto eram alunos dos cursos de graduação em História, Geografia, Matemática e Pedagogia. Posteriormente, os alunos foram orientados a fazer observações na escola, conversas com professores sobre os conteúdos que estavam trabalhando, tendo como

objetivo o de verificar o andamento das atividades pedagógicas em sala de aula e o de combinar horários de atuação do projeto.

Levando em considerações o contexto da escola e as atividades executadas pela equipe do projeto, observou-se que houve conquistas, mas também muitas limitações a serem vencidas, como o trabalho de formação dos docentes no processo inclusivo. As atividades desenvolvidas na perspectiva da inclusão, na maioria das vezes, concentraram-se na perspectiva das relações dos alunos sem deficiência, deixando aquém os que tinham algum tipo de deficiência.

Observou-se também uma melhora nas relações interpessoais e na aprendizagem dos alunos. Além destes aspectos, ressalta-se também que, apesar da resistência por parte de alguns docentes da escola, foi notado que outros professores passaram a tornar suas aulas mais atrativas e com maior abertura as colocações dos alunos, já que este é o principal sujeito do processo de construção do conhecimento.

#### **5. Conclusões**

O trabalho em tela procurou avançar dentro da instituição e fazer com que os alunos com deficiência pudessem ter a cada dia mais meios e visibilidade dentro da instituição, não só por meio de práticas inclusivas, mas que essas práticas ganhem visibilidade e se tornem políticas institucionais. Verificou-se também a importância do desenvolvimento de um plano de acompanhamento pessoal/individualizado e das necessidades de cada estudante e que cada caso é um caso e que tem que ser acompanhado individualmente, devido as suas especificidades.

Com o acompanhamento e desenvolvimento do projeto observou-se o maior interesse dos estudantes em contribuir com os estudantes com deficiência e dos estudantes com deficiência em permanecer na instituição e com maior comprometimento com seus estudos.

Daí a importância de oferecer ferramentas que promovam oportunidades, diante das diversas desigualdades, pois a sociedade foi organizada para não receber em seus espaços, inclusive os educacionais, as pessoas com deficiência.

Promover políticas institucionais inclusivas para dar suporte ao estudante com deficiência e que supere a visão assistencialista dessa população. É preciso que professores, servidores técnicos administrativos tenham formação para aprender a lidar com essa população, tendo em vista a superação da barreira atitudinal.

O projeto de extensão foi muito positivo, mas suas ações ficaram pontuais diante das necessidades e das demandas que foram surgindo ao longo da jornada acadêmica desses estudantes, pois alguns estão ainda nos primeiros períodos de seus cursos. Cada etapa ou período deles concluído é um desafio que foi vencido. O período que se inicia volta a ser um novo desafio devido não saber com os docentes irão se comportar em suas disciplinas e como a instituição irá ampará-los, seja legalmente, seja por meio de material ou de profissional capacitado.

Esses pontos convergem para o estudo desenvolvido por Santos-Kohls (2020), que demonstra que quando se

consegue combinar os objetivos pessoais, com uma estrutura institucional que consiga dar o suporte necessário para que o estudante se envolva com as atividades acadêmicas, o quadro passa a mudar e o número de alunos evadidos diminuem ao longo do tempo.

## 6. Referências

BRASIL. **Declaração Mundial de Educação Para Todos e Plano de Ação Mundial para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Brasília/DF: UNICEF, 1991.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <[HTTP://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394\\_I\\_dbn1.txt](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_I_dbn1.txt)> Acesso em 13/08/2011.

DANTAS, Nozângela Maria Rolim. A inclusão dos estudantes com deficiência no centro de formação de professores da universidade federal de campina grande: desafios e possibilidades. **Tese** (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2017. 245f.

LOUREIRO, Walderês Nunes. Formação de professores: realidade e perspectivas. In: LISITA, Verbena Moreira S. S. (Org.). **Formação de Professores: políticas, concepções e perspectivas**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-48. 3v.

SANTOS, P. K. Permanência na graduação a distância na perspectiva dos estudantes: um estudo a partir da experiência do projeto Alfa Guia. 2015a. 226fls. **Tese** (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015a. Disponível em:

<[http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6573/2/TES\\_PRICILA\\_KOHL\\_SANTOS\\_COM](http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6573/2/TES_PRICILA_KOHL_SANTOS_COM)

PLETO.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022. TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 31, n. 03, p. 443-466, abr. 2005. Disponível em:

<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022005000300009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000300009&lng=pt&nrm=iso)>.

acessos em 15 set. 2022.

SANTOS-KOHL, P. **Permanência na educação superior: desafios e perspectivas**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020.

KOHL-SANTOS, Pricila; MEJÍA, Patricia **Estrada Modelo integracionista para a permanência**

**estudantil: variáveis e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2022.

## Agradecimentos

Agradecemos aos extensionistas, aos estudantes com deficiência do CFP/UFCEG, que confiaram em nosso trabalho e agradecemos o apoio das escolas da cidade de Cajazeiras/PB que nos abriu as portas para falar de um assunto tão importante e caro para todos nós.

Agradecemos aos professores e técnicos administrativos do CFP/UFCEG que fizeram parte dos cursos de LIBRAS oferecidos na instituição.

Agradecemos à Direção do CFP/UFCEG pelo apoio sempre que necessário.

À UFCEG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCEG.